



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO



Órgão Oficial do Município
Lei nº 661, de 09 abril de 2007

Dia 16 de novembro de 2023

Ano XVII

nº 2697



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI Nº 2016, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2023.

"Autoriza o Município de Monte Carmelo a doar lotes urbanos para fins de edificação de casas residenciais de interesse social e dá outras providências."

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a doar às famílias de baixa renda, para fins de edificação de casas residenciais, lotes urbanos localizados no:

I - Residencial Jardim União Carmelitana, nos termos da Lei Municipal nº 754, de 05 de dezembro de 2008, constantes na Matrícula Mãe 34.553 do Livro 02 do CRI local, de propriedade do Município de Monte Carmelo, que constituem área remanescente do imóvel doado à COHAB para implementação do empreendimento denominado "Conjunto Habitacional Jardim União Carmelitana";

II - Bairro Santa Rita de Cássia II, constantes na Matrícula Mãe 6.939 do Livro de Registro Geral nº 02 do CRI local, de propriedade do Município de Monte Carmelo, remanescentes dos procedimentos de regularização fundiária;

III - Bairro Sidônio Cardoso, constantes na Matrícula Mãe 32.177, Livro 02 do CRI local, de propriedade do Município de Monte Carmelo, remanescentes dos procedimentos de regularização fundiária;

IV - Bairro Lagoinha, constantes na Matrícula Mãe 11.474, Livro 02 do CRI local, de propriedade do Município de Monte Carmelo.

Art. 2º Para fins do disposto nesta Lei, considera-se:

I - família: a unidade composta por um ou mais indivíduos que contribuam para o rendimento ou tenham suas despesas atendidas pela unidade familiar e que sejam moradores em um mesmo domicílio;

II - família de baixa renda: família com renda familiar mensal per capita de até meio salário mínimo;

III - renda familiar mensal: soma dos rendimentos brutos auferidos por todos os membros da família, exceto:

a) benefícios e auxílios assistenciais de natureza eventual e temporária;

b) valores oriundos de programas assistenciais de transferência de renda, com exceção do Benefício de Prestação Continuada de que trata o art. 20 da Lei Federal nº 8.742, de 1993;

c) rendas de natureza eventual ou sazonal, na forma a ser estabelecida em ato do Ministro de Estado da Cidadania; e

d) outros rendimentos, na forma a ser estabelecida em ato do Ministro de Estado da Cidadania; e

IV - renda familiar per capita: razão entre a renda familiar mensal e o total de indivíduos da família.

Art. 3º Para se beneficiar da doação de lotes na forma autorizada por esta Lei, o interessado deverá atender aos seguintes requisitos, cumulativamente:

I - residir no Município de Monte Carmelo;

II - não ser proprietário de outro imóvel no Município de Monte Carmelo;

III - ser inscrito e possuir Cadastro Único do Governo Federal atualizado na data de publicação desta Lei;

IV - ter renda familiar mensal per capita de até meio salário mínimo, limitada a 03 (três) salários mínimos por família.

Art. 4º Constituem condições e encargos dos donatários:

I - cumprir a finalidade da doação, consistente na construção de casa residencial, no prazo de 04 (quatro) anos a contar da data de assinatura da escritura pública de doação;

II - observar as normas urbanísticas e ambientais em nível federal, estadual e municipal.

Art. 5º O procedimento de doação dos lotes será conduzido pela Secretaria Municipal de Inclusão Social, com auxílio do Departamento de Regularização Fundiária e do Conselho Municipal de Habitação.

§ 1º O cadastramento, a seleção e a classificação serão realizados segundo os critérios estabelecidos em edital, com ampla divulgação e publicidade.

§ 2º No edital a que se refere o parágrafo 1º deste artigo constarão o período de cadastramento, o local e os requisitos necessários para a doação, bem como os critérios para seleção e classificação dos interessados, observado o disposto nesta Lei.

§ 3º O resultado do processo será divulgado no site da Prefeitura e no aplicativo Conecta Monte.

Art. 6º A seleção dos interessados observará os seguintes critérios, na ordem de preferência:

I - beneficiária mulher com filhos menores e estado civil solteira ou divorciada ou viúva;

II - beneficiário(a) idoso(a);

III - beneficiário(a) integrante de grupo familiar com pessoa com deficiência;

IV - beneficiário(a) com menor renda familiar per capita.

Parágrafo único. Em caso de empate após a classificação dos beneficiários, será realizado sorteio público nos termos definidos no edital.

Art. 7º Após a classificação dos interessados, a Secretaria Municipal de Inclusão Social, com o auxílio do Departamento de Regularização Fundiária e do Conselho Municipal de Habitação, promoverá sorteio público para definição de qual lote caberá a cada beneficiário(a) e em qual bairro.

Art. 8º A doação dos lotes autorizada nesta Lei não obriga a doação de materiais de construção ou a construção de moradias pelo Município.

Art. 9º O não cumprimento dos encargos e condições estabelecidos no art. 4º, sem razão que justifique o inadimplemento, implicará reversão automática do imóvel ao patrimônio público municipal.

Art. 10º É proibida ao donatário a alienação do imóvel objeto da doação no prazo de 05 (cinco) anos, contados da data de assinatura da escritura pública.

Art. 11º As obras de infraestrutura eventualmente necessárias à regularização serão implantadas pelo Município no prazo de 02 (dois) anos.

Art. 12º Todas as despesas decorrentes do processo de doação a que se refere esta Lei, inclusive as cartorárias, correrão por conta do Município de Monte Carmelo e serão atendidas pelas dotações próprias do orçamento.

Art. 13º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 14 de novembro de 2023.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI Nº 2017, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2023.

"Autoriza a abertura de crédito especial por excesso de arrecadação no exercício 2023, na forma que especifica e dá outras providências."

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, via Decreto, crédito adicional de natureza especial no orçamento do Município, no valor de R\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais), visando à criação de dotação orçamentária conforme segue abaixo:

Órgão	02 - Poder Executivo		
Entidade	02 - Prefeitura Municipal		
Unidade	60 - Sec. Munic. Infraest. Serv. Urbanos e Rurais		
Subunidade	02 - Departamento de Serviços Públicos		
Função	15 - Urbanismo		
Subfunção	452 - Serviços Urbanos		
Programa	4070 - Cidade bem cuidada para melhor Qualidade de Vida		
Projeto/Atividade	2.485 - Promover e Desenvolver Serviços Urbanos		
Elemento	3.3.90.39.00.00 -	Fonte de	Valor: R\$ 480.000,00
	Outros Serviços de	Recursos: 1.501 -	
	Terceiros - Pessoa Jurídica	Outros Recursos não Vinculados	



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO



Órgão Oficial do Município
Lei nº 661, de 09 abril de 2007

Dia 16 de novembro de 2023

Ano XVII

nº 2697

Art. 2º Para cobertura do crédito adicional de natureza especial aberto por esta Lei, será utilizado como fonte de recurso o excesso de arrecadação apurado no exercício corrente, observada a respectiva destinação conforme especificado abaixo:

I - Fonte Recursos: 1.501 - Outros Recursos não Vinculados;
II - Total Geral: R\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 14 de novembro de 2023.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS



LEI Nº 2018, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2023.

"Autoriza a abertura de crédito especial por excesso de arrecadação no exercício 2023, na forma que especifica e dá outras providências."

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, via Decreto, crédito adicional de natureza especial no orçamento do Município, no valor de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), visando à criação de dotação orçamentária conforme segue abaixo:

Órgão	02 - Poder Executivo		
Entidade	02 - Prefeitura Municipal		
Unidade	60 - Sec. Munic. Infraestr. Serv. Urbanos e Rurais		
Subunidade	02 - Departamento de Serviços Públicos		
Função	15 - Urbanismo		
Subfunção	452 - Serviços Urbanos		
Programa	4070 - Cidade bem cuidada para melhor qualidade de vida		
Projeto/Atividade	2.485 - Promover e Desenvolver Serviços Urbanos		
Elemento	3.3.90.39.00.00	Fonte de Recursos:	Valor: R\$ 130.000,00
	- Outros	1.709 - Transferência	
	Serviços de	da União referente à	
	Terceiros -	Compensação	
	Pessoa	Financeira	
	Jurídica	Recursos Hídricos	

Art. 2º Para cobertura do crédito adicional de natureza especial aberto por esta Lei, será utilizado como fonte de recurso o excesso de arrecadação apurado no exercício corrente, observada a respectiva destinação conforme especificado abaixo:

I - Fonte de Recursos: 1.709 - Transferência da União referente à Compensação Financeira de Recursos Hídricos;
II - Total Geral: R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 14 de novembro de 2023.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS



LEI Nº 2019, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2023.

"Autoriza a abertura de crédito especial por superávit financeiro apurado no balanço patrimonial no exercício 2022, na forma que especifica e dá outras providências."

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, via Decreto, crédito adicional de natureza especial no orçamento do Município, no valor de R\$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais), visando à criação de nova dotação orçamentária conforme segue abaixo:

Órgão	02 - Poder Executivo		
Entidade	02 - Prefeitura Municipal		
Unidade	60 - Sec. Munic. Infraestrutura e Serviços Urbanos e Rurais		
Subunidade	02 - Departamento de Serviços Públicos		
Função	15 - Urbanismo		
Subfunção	452 - Serviços Urbanos		
Programa	4070 - Cidade bem cuidada para Melhor Qualidade de Vida		
Projeto/Atividade	2.485 - Promover e Desenvolver Serviços Urbanos		
Elemento	3.1.90.13.00.00	Fonte de Recursos: 2.704 -	Valor: R\$ 105.000,00
	- Obrigações Patronais	Transferências da União referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	

Art. 2º Para cobertura do crédito adicional de natureza especial aberto por esta Lei, será utilizado como fonte de recurso o superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior, observada a respectiva destinação conforme especificado abaixo:

I - Fonte de Recursos: 2.704 - Transferências da União referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais;
II - Total Geral: R\$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 14 de novembro de 2023.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS



LEI Nº 2020, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2023.

"Autoriza a abertura de crédito especial por excesso de arrecadação apurado no exercício corrente, na forma que especifica e dá outras providências."

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, via Decreto, crédito adicional de natureza especial no orçamento do Município, no valor de R\$ 292.595,30 (duzentos e noventa e dois mil, quinhentos e noventa e cinco reais e trinta centavos), visando à criação de dotação orçamentária conforme segue abaixo:

Órgão	02 - Poder Executivo		
Entidade	02 - Prefeitura Municipal		
Unidade	60 - Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos e Rurais		
Subunidade	03 - Departamento de Obras		
Função	15 - Urbanismo		
Subfunção	451 - Infraestrutura Urbana		
Programa	4035 - Investimentos em Infraestrutura para o Desenvolvimento		
Projeto/Atividade	1.556 - Pavimentação de Vias Urbanas		
Elemento	4.4.90.51.00.00	Fonte de Recursos: 1.706 - Transferência Especial da União	Valor: R\$ 292.595,30
	Obras e Instalações		

Art. 2º Para cobertura do crédito adicional de natureza especial aberto por esta Lei, será utilizado como fonte de recurso o excesso de arrecadação apurado no exercício corrente, observada a respectiva destinação conforme especificado abaixo:



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO



Órgão Oficial do Município
Lei nº 661, de 09 abril de 2007

Dia 16 de novembro de 2023

Ano XVII

nº 2697

I - Fonte de Recursos: 1.706 - Transferência Especial da União;
II - Total Geral: R\$ 292.595,30 (duzentos e noventa e dois mil, quinhentos e noventa e cinco reais e trinta centavos).

Art. 3º Fica incluso no Programa 4.035 – investimentos em infraestrutura para o desenvolvimento, no PPA do Município de Monte Carmelo para 2022-2025, as ações orçamentárias (Projeto/Atividade) citadas no art. 1º desta Lei conforme determina o art. 3º da Lei nº 1.765, de 21 de dezembro de 2021.

Art. 4º Fica o Executivo Municipal autorizado a incluir na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2023, Lei Municipal nº 1.821, de 28 de junho de 2022, o projeto/atividade 1.556 – pavimentação de vias urbanas.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 14 de novembro de 2023.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS



LEI Nº 2021, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2023.

“Autoriza a abertura de crédito especial por superávit financeiro apurado no balanço patrimonial no exercício 2022, na forma que especifica e dá outras providências.”

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, via Decreto, crédito adicional de natureza especial no orçamento do Município, no valor de R\$ 206.035,00 (duzentos e seis mil e trinta e cinco reais), visando à criação de dotação orçamentária conforme segue abaixo:

Órgão	02 - Poder Executivo
Entidade	02 - Prefeitura Municipal
Unidade	60 - Sec. Munic. Infraest. Serv. Urbanos e Rurais
Sub Unidade	03 - Departamento de Obras
Função	15 - Urbanismo
Subfunção	451 - Infraestrutura Urbana
Programa	4035 - Investimento em Infraestrutura para o Desenvolvimento
Projeto/Atividades	1.290 - Recapeamento de vias Urbanas
Elemento	4.4.90.51.00.00 - Obras e Instalações
Fonte de Recursos:	2.701 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados
Valor:	R\$ 206.035,00

Art. 2º Para cobertura do crédito adicional de natureza especial aberto por esta Lei, será utilizado como fonte de recurso o superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior, observada a respectiva destinação conforme especificado abaixo:

I - Fonte de Recursos: 2.701 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados.
II - Total Geral: R\$ 206.035,00 (duzentos e seis mil e trinta e cinco reais).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 14 de novembro de 2023.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI Nº 2022, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2023.

“Autoriza a abertura de crédito especial por superávit financeiro apurado no balanço patrimonial no exercício 2022, na forma que especifica e dá outras providências.”

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, via Decreto, crédito adicional de natureza especial no orçamento do Município, no valor de R\$ 292.845,26 (duzentos e noventa e dois mil, oitocentos e quarenta e cinco reais e vinte e seis centavos), visando à criação de dotação orçamentária conforme segue abaixo:

Órgão	02 - Poder Executivo
Entidade	02 - Prefeitura Municipal
Unidade	60 - Sec. Munic. Infraest. Serv. Urbanos e Rurais
Subunidade	03 - Departamento de Obras
Função	15 - Urbanismo
Subfunção	451 - Infraestrutura Urbana
Programa	4035 - Investimento em Infraestrutura para o Desenvolvimento
Projeto/Atividade	1.281 - Construção e revitalização de Praças e Jardins
Elemento	4.4.90.51.00.00 - Obras e Instalações
Fonte de Recursos:	2.710 - Transferência Especial dos Estados
Valor:	R\$ 292.845,26

Art. 2º Para cobertura do crédito adicional de natureza especial aberto por esta Lei, será utilizado como fonte de recurso o superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior, observada a respectiva destinação conforme especificado abaixo:

I - Fonte de Recursos: 2.710 - Transferência Especial dos Estados;
II - Total Geral: R\$ 292.845,26 (duzentos e noventa e dois mil, oitocentos e quarenta e cinco reais e vinte e seis centavos).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 14 de novembro de 2023.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO - MG. AVISO DE HOMOLOGAÇÃO. Tomada de Preços – Nº 08/2023. Processo 61/2023 A Secretária Municipal da Fazenda torna pública a Homologação do processo nº. 61/2023, modalidade Tomada de Preços nº. 08/2023 – Tipo: Técnica e Preço. Regime de Execução: empreitada a preço global, em favor da Empresa: RBO Serviços Públicos e Projetos Municipais Ltda, CNPJ: 04.521.281/0001-89. **Data:** 06/11/2023. **EXTRATO DE CONTRATO. nº 204/2023. Tomada de Preços nº 08/2023. Processo 61/2023. Objeto:** Refere-se à Contratação de Empresa Especializada em Serviços de Engenharia, para Contratação de Empresa para Prestação de Serviços Especializados de Planejamento, Organização e Aplicação de Concurso Público, Processo Seletivo Público e Processo Seletivo Simplificado para provimento de cargos da Administração Direta do Município de Monte Carmelo, com inscrição via internet, compreendendo elaboração, aplicação, fiscalização, correção e divulgação do resultado das provas, bem como realização de todas as etapas do certame, inclusive a implantação de mecanismos de segurança, de acordo com as condições previstas no Termo de Referência, parte integrante e inseparável deste edital. **Partes:** Município de Monte Carmelo – MG, CNPJ: 18.593.103/0001-78; e: **Empresa:** RBO Serviços Públicos e Projetos Municipais Ltda, CNPJ: 04.521.281/0001-89.



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO



Órgão Oficial do Município
Lei nº 661, de 09 abril de 2007

Dia 16 de novembro de 2023

Ano XVII

nº 2697

Valor Total: R\$ 171.875,00. **Data:** 09/11/2023. **Vigência:** 180 dias. Monte Carmelo, 13 de novembro de 2023. Ana Paula Pereira– Secretária Municipal da Fazenda.



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE**

Lei Municipal nº 1477, de 12 de setembro de 2018.
Praça celso Bueno, 24 - Centro - Cep: 385000-000
Monte Carmelo - Estado de Minas Gerais



RESOLUÇÃO CMDCA Nº 011/2023.

"NOMEIA, EM SUBSTITUIÇÃO, MEMBRO DA COMISSÃO ESPECIAL DE SELEÇÃO DOS PROJETOS DAS ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL DO CHAMAMENTO PÚBLICO DA UTILIZAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – FIA, NOMEIA A PRESIDENTE DA COMISSÃO E REVOGA A RESOLUÇÃO Nº071/2023 DE MONTE CARMELO-MG"

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Monte Carmelo/MG (CMDCA), no uso das atribuições que lhe confere a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), conforme reunião deliberativa extraordinária do dia 03 de novembro de 2022,

CONSIDERANDO a Lei Municipal 1477/2018, de 12 de setembro de 2019, que estabelece novos parâmetros relativos Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Lei Federal 8.069/90, Estatuto Da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO a Resolução nº105, de 15 de junho de 2005, do CONANDA que dispõe sobre os Parâmetros para criação e funcionamento dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Resolução nº137, de 21 de janeiro de 2010, do CONANDA que dispõe sobre os parâmetros para a criação e o funcionamento dos Fundos Nacional, Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e Adolescentes e dá outras providencias;

CONSIDERANDO as Resoluções nº40/2017 e 41/2017 do CMDCA de Monte Carmelo;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a conselheira governamental Gleice Pereira Silva membro da Comissão Especial de Seleção dos Projetos das Entidades da Sociedade Civil do Chamamento Público do Fundo Municipal da Infância e Adolescência – FIA, em substituição de Mariana Mendes Borges.

Art.2º - Nomear como presidente da Comissão, a conselheira representante da Sociedade Civil, Claudia Regina Pereira Lourenço.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 09 de novembro de 2023.

LUCAS SILVA DOS SANTOS

*Presidente Do Conselho Municipal Dos Direitos Da Criança E Do Adolescente
(Gestão 2022-2024)*

EXPEDIENTE

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

**ÓRGÃO INFORMATIVO DA PREFEITURA
MUNICIPAL DE MONTE CARMELO**

**RESPONSÁVEL: ROSILÉIA APARECIDA
SILVA BONIFÁCIO**

TELEFONE: (34)3842-5880 - RAMAL 1350

ACESSE: www.montecarmelo.mg.gov.br